

Brasileiros esperam definições

FÁBIO PAHIM JR.
Especial para O Estado

TORONTO — A lentidão de qualquer processo de correção dos desequilíbrios, dentro dos mecanismos do Fundo Monetário Internacional, impediu que os brasileiros presentes à reunião plenária, que abriu formalmente os trabalhos da 37ª Reunião do FMI, identificassem mais do que hipóteses ou rumos.

— É difícil medir a importância das manifestações — afirmou o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, que lidera a delegação brasileira. É preciso retirar de cada discurso o sentido das palavras, seja quando o primeiro-ministro canadense manifesta-se a favor de reforçar o Fundo, seja quando o diretor do FMI, de Larosière, diz que as coisas ficaram mais difíceis em 81 relativamente a 80 e continuam difíceis em 82 e, portanto, é preciso que o Fundo tenha mais recursos e mais cotas, seja quando o Banco Mundial fala numa programação que atenda aos mais carentes.

Para o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, "os discursos confirmaram a preocupação que existe de atualizar os aspectos operacionais e ajustar a escala de instituições como o Banco Mundial e o FMI para a nova realidade da crise mundial". Langoni afirmou que "há um consenso de que os recursos dessas instituições são insuficientes para lidar com a magnitude dos desequilíbrios externos, que são subsequentes ao choque do petróleo e ao choque financeiro".

Quanto a novos recursos que seriam criados por intermédio de um fundo especial, Galvães afirmou que "é preciso saber, a respeito, o que os Estados Unidos vão fazer. E, além disso, manter o que já foi combinado entre vários países com relação a que esses recursos não devem ser tratados em conjunto com a discussão sobre aumento de cotas".

O diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, considera que o fato principal é o compromisso de que haverá aumento substancial das cotas na próxima reunião do FMI, no ano que vem, e a dúvida é a respeito dos Estados Unidos não quanto à revisão mas quanto à quantidade, ou seja, o volume de recursos que estará envolvido.

O presidente do Bamerindus, Andrade Vieira, considera que os graus de urgência são variados para cada País. "Do ponto de vista do Brasil" — considerou — "o processo é lento. O problema geral é grande. Deverem, porém, surgir caminhos. Cada reunião do Banco Mundial traz aperfeiçoamentos, embora mudanças grandes sejam difíceis de ocorrer".

Um dos conselheiros da delegação brasileira, o professor Edy Luiz Kogut, da FGV e diretor da Corretora Omega, considera que "o mais im-

portante foi o trecho do discurso de Larosière em que enfatizou as diferenças entre os devedores. O Brasil tem uma diferença em relação aos outros".

Segundo Kogut, "ficou enfatizado que hoje realmente o Fundo não tem recursos. É preciso haver um aumento de cotas, mas é um processo demorado". O professor da FGV considera que "houve um trabalho conjunto para o problema do México, do qual participaram os bancos, o FMI, etc. É o que espero que deva predominar. Espero ainda que seja de fato criado o fundo de 25 bilhões de dólares dos desenvolvidos para emergências". De qualquer forma — adverte Kogut — tudo dependerá da política dos Estados Unidos. Se for mais flexível, com taxas de juros no nível atual, ou semelhante, isso vai ajudar a situação, embora a questão essencial, hoje, seja a da confiança".

UM NOVO CAMINHO

O ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, um dos conselheiros da delegação brasileira, acha, porém, que é preciso adotar decisões muito mais amplas e corajosas, que libertem a economia mundial do desemprego e do protecionismo. Lira, que participará hoje de uma reunião internacional convocada pelo Canadá, sugerirá que as sete principais nações do mundo — Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Japão, França, Inglaterra, Itália e Canadá — voltem a reunir-se para outras decisões à semelhança do que fizeram recentemente, em Versalhes, quando decidiram sobre taxas de juros para o financiamento de exportações, que equivaleram a uma sanção ao "pipeline" que está sendo feito para a União Soviética.

"Agora" — sugere o ex-presidente do Banco Central — "proponho que essas nações criem uma linha de financiamento à exportação, que permita reduzir a capacidade ociosa do seu parque industrial e vender para os países em desenvolvimento. Admito que contabilmente poderá haver déficit para os devedores, mas é preciso distinguir entre déficits contábeis e déficits reais. Hoje o principal é reduzir o número de desempregados, que atinge 30 milhões no mundo desenvolvido, com uma utilização de capacidade ao nível de 70%. A economia precisa levantar-se, porque será a forma de reduzir o protecionismo e permitir o aumento das exportações e do comércio mundial, o que é essencial para o Brasil".

Lira considera que se cada um dos sete grandes entrar com somente três bilhões de dólares para financiar exportações, ter-se-ia um montante de 21 bilhões de dólares suficiente para um estímulo inicial, "que é indispensável".

Nada ocorrerá a partir desta reunião do FMI-Bird — advertiu Lira. Tudo será lento. E o momento é muito difícil. É essencial criar condições para uma retomada.